

ESTE GOVERNO TRANSFORMOU OS TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM SEU PRINCIPAL INIMIGO

Todas as vezes que o governo anuncia novas medidas de austeridade e novos sacrifícios para os portugueses, como consequência do falhanço da política recessiva que teimosamente segue, um dos alvos principais são sempre os trabalhadores da Função Pública.

Passos Coelho tinha anunciado em 7 de Setembro o aumento da taxa de contribuições dos trabalhadores para a CGA, o que determina que a soma das contribuições dos trabalhadores para a CGA e para a ADSE suba de 12,5% para 19,5%. E isto apesar dos trabalhadores da Função Pública, como todos os portugueses, também financiarem o SNS com o pagamento dos seus impostos.

A “reposição” fictícia de um subsídio confiscado pelo governo em 2012, e o aumento da taxa de contribuição para a CGA, é uma autêntica artimanha já que representa, na prática, que os trabalhadores da Função Pública sofrerão, em 2013, mais um corte nas remunerações líquidas, podendo mesmo dizer que, em vez de dois subsídios, irão perder quase três remunerações, se as intenções anunciadas por Passos Coelho passarem. Os dados do quadro 1 provam isso.

Quadro 1- Redução no ganho líquido (inclui remuneração base + outros valores) em 2013, quando comparado com o de 2012, resultante da “reposição” de um subsídio e do aumento simultâneo da taxa de contribuições de 11% (12,5% se incluir ADSE) para 18% para a CGA (19,5% se incluir também ADSE)

CARGO / CARREIRA / GRUPO	Nº de Trabalha- dores das administra- ções Públicas em 30.6.2012	Ganho médio mensal líquido em Abril 2012 , portanto antes de adicionar 1/12 de um subsídio	Ganho médio mensal líquido antes de adicionar 1/12 do subsídio obtido deduzindo 12,5% para CGA e ADSE e o IRS	Ganho médio mensal líquido de 2012 + 1/12 do subsídio	Ganho médio mensal líquido com 1/12 de um subsídio obtido deduzindo 19,5% para CGA e ADSE e IRS	Redução mensal no Ganho líquido em relação ao ganho líquido de 2012	Redução anual do ganho líquido em relação ao 2012 por trabalha- dor	REDUÇÃO GLOBAL NOS GANHOS LÍQUIDOS DOS TRABALHA-DORES DAS ADMINISTRAÇÕES Públicas (Em relação aos ganhos líquidos de 2012)
Total - Administrações Públicas	605.212							-381.262.018,0 €
Representantes do poder legislativo (a)	3.048	2.722,9 €	1.756,3 €	2.906,3 €	1.671,1 €	-85,2 €	-1.022,3 €	-3.115.895,3 €
Dirigente superior	1.376	4.184,1 €	2.531,4 €	4.474,0 €	2.393,6 €	-137,8 €	-1.653,4 €	-2.275.050,6 €
Dirigente intermédio	9.349	2.879,9 €	1.857,5 €	3.085,9 €	1.743,5 €	-114,0 €	-1.368,4 €	-12.792.741,1 €
Técnico Superior	51.646	1.745,5 €	1.265,5 €	1.879,6 €	1.203,0 €	-62,5 €	-749,9 €	-38.728.281,8 €
Assistente técnico/administrativo (b)	82.284	1.060,0 €	842,7 €	1.137,9 €	813,6 €	-29,1 €	-348,8 €	-28.700.511,1 €
Assist. operacional /operário/auxiliar (c)	137.656	740,4 €	614,6 €	792,2 €	594,2 €	-20,4 €	-244,5 €	-33.662.384,5 €
Informático	4.595	1.816,6 €	1.289,8 €	1.956,9 €	1.252,4 €	-37,4 €	-448,3 €	-2.059.800,7 €
Magistrado	3.823	4.317,5 €	2.612,1 €	4.657,5 €	2.491,8 €	-120,3 €	-1.443,9 €	-5.520.117,2 €
Diplomata	350	8.124,6 €	4.468,5 €	8.316,8 €	3.992,0 €	-476,5 €	-5.717,5 €	-2.001.140,4 €
Pessoal de Investigação Científica	1.766	3.187,6 €	1.992,2 €	3.445,4 €	1.912,2 €	-80,0 €	-960,1 €	-1.695.576,2 €

Docente Ensino Universitário	13.845	3.304,2 €	2.065,1 €	3.571,4 €	1.946,4 €	-118,7 €	-1.424,4 €	-19.720.512,0 €
Docente Ensino Superior Politécnico	9.535	2.741,5 €	1.768,3 €	2.961,5 €	1.673,2 €	-95,0 €	-1.140,2 €	-10.871.396,5 €
Educ. Infância e Doc. Ens. Básico/Secund.	150.550	2.023,3 €	1.406,2 €	2.183,8 €	1.343,1 €	-63,1 €	-757,6 €	-114.055.016,4 €
Pessoal de Inspeção	1.732	2.324,4 €	1.568,9 €	2.490,9 €	1.482,1 €	-86,9 €	-1.042,5 €	-1.805.648,2 €
Médico	7.432	3.750,1 €	2.306,3 €	3.992,1 €	2.175,7 €	-130,6 €	-1.567,2 €	-11.647.422,6 €
Enfermeiro	9.125	1.624,9 €	1.194,3 €	1.738,6 €	1.138,8 €	-55,5 €	-666,2 €	-6.079.188,2 €
Téc. Diagnóstico e Terapêutica	2.050	1.470,0 €	1.095,1 €	1.580,9 €	1.051,3 €	-43,8 €	-526,1 €	-1.078.475,8 €
Técnico Superior de Saúde	667	1.929,8 €	1.370,2 €	2.081,0 €	1.300,6 €	-69,5 €	-834,1 €	-556.346,2 €
Administração Tributária e Aduaneira	9.892	1.984,2 €	1.379,0 €	2.134,4 €	1.334,0 €	-45,0 €	-540,4 €	-5.345.295,5 €
Conservador e Notário	671	3.921,2 €	2.411,6 €	4.202,9 €	2.248,5 €	-163,0 €	-1.956,2 €	-1.312.624,3 €
Oficial dos Registos e do Notariado	4.473	2.010,7 €	1.397,4 €	2.162,6 €	1.330,0 €	-67,4 €	-808,6 €	-3.616.672,1 €
Oficial de Justiça	7.949	1.616,0 €	1.187,8 €	1.731,5 €	1.134,2 €	-53,6 €	-643,2 €	-5.113.181,1 €
Forças Armadas	34.442	1.482,4 €	1.104,4 €	1.574,7 €	1.047,2 €	-57,2 €	-686,2 €	-23.633.099,9 €
Polícia Judiciária	2.276	2.217,4 €	1.518,9 €	2.367,8 €	1.432,5 €	-86,4 €	-1.037,4 €	-2.361.075,4 €
Polícia de Segurança Pública	21.560	1.718,5 €	1.245,9 €	1.828,5 €	1.170,2 €	-75,7 €	-908,2 €	-19.581.132,6 €
Guarda Nacional Republicana	23.175	1.563,6 €	1.149,2 €	1.671,0 €	1.094,5 €	-54,7 €	-656,5 €	-15.214.010,9 €
Serviço Estrangeiros Fronteiras	755	2.664,1 €	1.745,0 €	2.830,4 €	1.627,5 €	-117,5 €	-1.410,3 €	-1.064.802,5 €
Guarda Prisional	4.482	1.816,2 €	1.289,5 €	1.900,6 €	1.216,4 €	-73,1 €	-877,4 €	-3.932.492,5 €
Outro Pessoal de Segurança	1.222	1.497,8 €	1.115,9 €	1.585,9 €	1.054,6 €	-61,3 €	-735,2 €	-898.367,7 €
Bombeiro	2.239	1.506,3 €	1.122,2 €	1.589,7 €	1.057,1 €	-65,1 €	-781,3 €	-1.749.239,6 €
Polícia Municipal (d)	1.247	1.380,4 €	1.056,0 €	1.458,1 €	984,2 €	-71,8 €	-861,7 €	-1.074.519,2 €

FONTE : Dados sobre número de trabalhadores e ganhos ilíquidos - DGAEP - Ministério das Finanças e Administração Pública

Portanto, com esta artimanha o governo pretende reduzir, em 2013, as remunerações totais líquidas dos trabalhadores da Função Pública em mais 381 milhões de euros, para além dos efeitos do valor que resultou, em 2012, do confisco do subsídio de férias e de Natal. Isto significa que cada trabalhador sofra, em 2013, uma redução 630 euros durante o ano, o que corresponde, em média, a menos 52,5 euros por mês (12 meses) em relação ao valor líquido que recebeu em 2012. No entanto, nestes cálculos utilizaram-se as tabelas de retenção de IRS em vigor em 2012 para a Função Pública, e o governo já anunciou que tenciona alterar profundamente a estrutura da tabela de taxas de IRS em 2013, reduzindo os escalões, o que poderá determinar que o corte, provocado pela dedução do IRS, possa ser ainda mais elevada. Para além disso, no corte de 381 milhões de euros não estão ainda incluídos todos os trabalhadores da Função Pública (por ex., os que trabalham nos Hospitais EPE), o que significa que a redução é ainda superior a 381 milhões de euros.

Atualmente, o ganho médio líquido nominal por trabalhador é de 1.160 euros por mês (12 meses). Um corte de 52,5 euros, representa uma nova redução na remuneração líquida média dos trabalhadores da Função Pública de 4,5%.

O quadro 2, mostra a perda de poder de compra que os trabalhadores da Administração Pública sofrerão no período 2011-2013

Quadro 2- Perda de poder dos trabalhadores da Função Pública no período 2011-2013

ANO	VARIAÇÃO MÉDIA DAS REMUNERAÇÕES	IPC (variação dos preços)	Redução poder de compra da AP 2011-2013
2011 (inferior a 1500€)	0,0%	3,6%	
2011 (>1500€ e < 2000€)	-3,5%	3,6%	
2011 (superior a 2000€)	-5,0%	3,6%	
2012 (650€ e < 1100€)	-7,0%	2,6%	
2012 (= ou > 1100€)	-14,0%	2,6%	
2013	-4,5%	1,0%	
De 650 € a 1100€	0,89	1,07	-17,3%
Superior a 1500€ até 2000€	0,79		-25,8%
Superior a 2000€	0,78		-27,3%

Se este governo conseguir concretizar os seus propósitos, a perda de poder de compra que sofrerão os trabalhadores da Função Pública, no período 2011, será de -17,3% para os trabalhadores com remunerações até 1100 €; de -25,8% para os trabalhadores com remunerações ilíquidas entre 1500€ e 2000€; e de -27,3% para os trabalhadores de remunerações ilíquidas superiores a 2000€.

Quatro dias depois de Passos Coelho ter anunciado o aumento da taxa de contribuição de 11% para 18%, o ministro Vítor Gaspar apresentou mais e novas medidas de austeridade e de sacrifício para os portugueses, e mais uma vez os trabalhadores e os aposentados da Função Pública são atingidos com uma parcela importante dessas medidas.

Vítor Gaspar começou por afirmar, contrariamente ao que o governo sempre afirmava e que Passos Coelho anunciou na festa do PSD no Pontal, que o ano de 2013 será mais um ano de recessão económica, o que determinará, embora tenha afirmado o contrário, que o desemprego vai continuar a aumentar (Lei de Okun). E apesar disso, informou que o governo tenciona reduzir os apoios aos desempregados, através de mais uma alteração da lei do subsidio de desemprego e de condições mais rigorosas, que naturalmente reduzirão o número de beneficiados, do Rendimento Social de Inserção (RSI); anunciou também que o governo tenciona reduzir ainda mais o investimento nas empresas públicas, o que provocará não só a degradação dos serviços fornecidos por estas à população mas também contribuirá para agravar o desemprego.

Especificamente em relação aos trabalhadores da Função Pública, Vítor Gaspar anunciou mais sacrifícios, nomeadamente os seguintes:

Aceleração da redução do numero de trabalhadores, nomeadamente através do despedimento de 85.640 trabalhadores com contratos a prazo que, segundo a DGAEP, existiam na Administração Pública em Junho de 2012, assim como por meio de rescisões de contratos por acordo ou de uma forma forçada através ou da colocação de trabalhadores na situação de mobilidade especial com redução de 50% na remuneração base, ou da utilização da mobilidade geográfica sem o consentimento do trabalhador;

Cortes significativos, ajuntar aos feitos em 2012 (em 2012: 1.500 milhões € na educação, e cerca de 1.000 milhões de euros na saúde), nos setores da educação e da saúde o que levará a uma profunda degradação nas condições de trabalho e nestes serviços essenciais prestados à população;

No aceleração da convergência do regime da CGA e da Segurança Social o que está a provocar novamente a insegurança generalizada nos trabalhadores da Função Pública,

13 de Setembro de 2012

podendo novamente empurrar milhares de trabalhadores para aposentação prematura, com consequências graves quer para os trabalhadores quer para os serviços prestados à população. O aumento da taxa de contribuição de 11% para 18% para a CGA, poderá causar, só por esse facto, uma redução de 7,9% nas pensões de muitos trabalhadores que se aposentem no futuro se tal medida for aprovada (*“A pensão não pode, em caso algum, exceder o montante da remuneração mensal relevante deduzida da percentagem da quota para efeitos de aposentação e de pensão de sobrevivência”* – artº 53 do Estatuto da Aposentação).

Racionalização dos suplementos salariais, o que significa a redução da remuneração para apenas ou próximo da remuneração base (a eliminação dos suplementos salariais, incluindo horas extraordinárias cujo valor já foi reduzido para metade, determinaria uma redução, para os 605.212 trabalhadores das Administração Pública de 1.335 milhões de euros nas remunerações totais que recebem)

Cortes entre 3,5% e 5%, para além do confisco do subsídio de férias e de Natal, nas pensões dos reformados e aposentados da Função Pública

É evidente que o propósito ultimo de todas estas medidas é a destruição da Administração Pública e, conseqüentemente, do Estado visando a redução e degradação significativa dos serviços públicos essenciais prestados à população (educação, saúde, segurança social, água, esgotos, urbanismo, etc.) com o objetivo claro de criar áreas de negócios rentáveis para os grupos económicos e privados financiadas também pelo Estado, e transferindo também para os portugueses mais custos e encargos.

FRENTE COMUM DOS SINDICATOS DA FUNÇÃO PÚBLICA
13.9.2012